

SOCIEDADE CIVIL NA REQUALIFICAÇÃO DAS CIDADES. SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE.

Manuela Coutinho

Professora Associada
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP
manuelac@ufp.edu.pt

Jorge Rebelo

Mestre Assistente
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP
jrebelo@ufp.edu.pt

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: COUTINHO, Manuela ; REBELO, Jorge - Sociedade civil na requalificação das cidades. Subsídios para a construção de um modelo de análise. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 172-182.

RESUMO

O presente estudo pretende colocar em debate a requalificação das cidades, a partir dos compromissos da sociedade civil, que se organiza e perspectiva a mudança. Como opção, partimos do conceito de cidade enquanto terreno estratégico para a teorização de novos paradigmas sociais e espaciais, num exercício interpretativo em torno da dinâmica da sociedade civil, enquanto força sinérgica e componente fundamental desse mesmo terreno. Com efeito, é nossa intenção, abrir um novo campo de experimentação sobre o protagonismo da sociedade civil que, organizada, reivindica alternativas de gestão para a requalificação das cidades.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades – lugares – requalificação urbana – compromissos estratégicos - sociedade civil.

ABSTRACT

The aim of the present study is to develop models of analysis on city requalification, centered on its places. We define the city as a social-historical project where the places are a strategic field for the theorization of new social and geographic paradigms. They are the starting point to develop an interpretive exercise on the dynamics of civil society (synergistic component of that field). Our aim is to explore the role of civil society organizations, focus not only on physical and geographical experiences, but on the quality of life of its citizens.

KEYWORDS

City - places - urban regeneration - strategic commitments - civil society

1. ENQUADRAMENTO

Pelas múltiplas implicações no desenvolvimento dos indivíduos, das comunidades e no caso concreto, da cidade actual, a interpretação dos compromissos da sociedade civil revela-se cada vez mais pertinente. Compromissos que, simultaneamente, espelham preocupações, idealizações, perspectivas e propostas de mudança.

Contudo, os dilemas e paradoxos metodológicos que se nos apresentam, no que se refere à compreensão dos mesmos são complexos. Por um lado, porque em termos estruturais e funcionais têm uma interdependência profunda com o longo processo de recriação da sociedade e da cidade. Por outro, porque, pela heterogeneidade, diversidade e interdependência das componentes de análise, é difícil delimitar as fronteiras do objecto de estudo e construir o seu objecto científico. Em terceiro lugar, porque a sociedade civil não é um sector previamente definido e invariável, existente fora do espaço e do tempo: há sinais do passado que edificam o futuro e projectos actuais que reconstróem o passado.

É no encontro destas preocupações e no exercício exploratório de investigação a que dão corpo, que se estrutura o presente estudo.

2. CIDADE - PROJECTO SÓCIO-HISTÓRICO

[A cidade]... *resiste em perecer. É uma das mais imorredouras criações humanas. Daí o seu valor particular como testemunho histórico* (Goitia, 1982:32)

No dizer de Braudel (1969), [as cidades são] *“as estufas quentes de toda a civilização”*. A absorção dos “lugares” pela cidade é fruto de uma certa temporalidade: os fenómenos urbanos são o resultado de condições históricas, culturais e políticas. São a interpretação actual de símbolos do passado; são a expressão de grupos (étnicos, migratórios, empobrecidos, etc.) que em processo de assentamento, ou de passagem, procuram adaptar a estética do espaço à função. E, por fim, podemos afirmar que reflectem em primeira mão, em evolução ou degradação, as mudanças dos contextos micro, meso e macroeconómicos em que estão inseridas.

Enquanto espaço simbólico – de leituras, vivências e realidades diferenciadas – a cidade e os seus “lugares” surgem não só como objecto de estudo, mas como terreno estratégico para a teorização de novos paradigmas sociais e espaciais de participação e de governância. Os lugares são espaços de vivências: da solidariedade, do quotidiano, da organização da vida, da manutenção dos valores e dos referenciais identitários. Surgem aqui, intencionalmente, como base para um exercício interpretativo sobre a dinâmica da sociedade civil, enquanto força sinérgica e componente fundamental do complexo processo que é a sua transformação.

Num percurso inicial e exploratório de perspectivas de investigação, considerou-se importante definir os lugares através de diferentes contextos. Enfatizando atributos que espelham a incapacidade e o desencorajamento dos moradores para investir na manutenção e progresso do que constitui o seu espaço de alojamento, assumiram-se como cenário de partida três tipologias: (1) lugares de “não opção” para quem não possui liberdade de opção (normalmente por incapacidade económica para investir): as “ilhas” os bairros sociais; (2) lugares que emergiram na sequência de reordenações urbanas: os corredores urbanos, “dormitórios”, sem capacidade para se assumirem como espaço cívico, de pertença e de identidade;

(3) lugares redefinidos por exigências dos fluxos migratórios - da iniciativa de quem assenta, como agente indutor de nova identidade.

Sejam lugares “com/sem nome”, “com/sem pertença”, ou, no dizer de Marc Augé (1992), “lugares” ou “não lugares”, em todos surgem dimensões interpretativas que nos permitem compreender que há regras não escritas que codificam o comportamento dos habitantes e fixam modalidades de gestão, relativas ao uso e à sua perpetuação. Paralelamente, há movimentos colectivos organizados que observam, idealizam, agem e controlam. E foi em torno destes últimos que, no presente estudo, a observação da cidade se foi organizando, à medida que se ia ultrapassando a dimensão geográfica e privilegiando, histórias de movimentos colectivos.

Nesta óptica de análise, cada lugar tem valor em si mesmo, mas esse valor é ultrapassado pelo que a ele próprio transcende, quando a sua fruição e interpretação incorporam processos que valorizam a relação dos indivíduos com a realidade envolvente. Processos que, incessantemente, se reproduzem em vivências e poderes simbólicos, em protagonismos de participação cívica que instrumentalizam a busca da integração social e do desenvolvimento humano.

3. SOCIEDADE CIVIL: EXERCÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO E GOVERNÂNCIA PARA A REQUALIFICAÇÃO CIDADINA

Dadas as implicações que as organizações da sociedade civil assumem actualmente (ainda que com contornos diferenciados), no domínio do desenvolvimento e na definição de orientações estratégicas, recorreremos, ao conceito de sociedade civil enquanto espaço caracterizador da “arquitectura” da sociedade. Espaço que inclui organizações voluntárias e não lucrativas de diferentes espécies, instituições filantrópicas e de economia social, movimentos políticos e de ideologias pragmáticas. Em suma, formas de participação social e de compromisso público que desenharam perspectivas de desenvolvimento, no sentido de viabilizar soluções para os problemas presentes e sentidos pela população.

Compreendemos assim os movimentos da sociedade civil numa lógica pedagógica, de participação, privilegiando a faceta relacional de construção e auto-regulação activa da sociedade. As suas iniciativas organizadas e surgidas, em geral, da informalidade, são processos particularmente férteis de tensão criativa para a requalificação social.

Na nossa perspectiva e no que aos movimentos da sociedade civil se refere (ao analisarmos a requalificação das cidades) assumimos a sua contextualização em quatro momentos fundamentais. Momentos em que a materialização de modelos de concentração e difusão urbanas reclamaram e tornaram inteligíveis a dimensão estratégica dos movimentos da sociedade civil. O primeiro que decorre da emergência histórica da revolução industrial, vai até finais do século XIX, em que surgem as práticas associativas de tipo cooperativo ou pré mutualista. Um segundo período, a partir de 1930, em que, segundo Lévesque (1989) a “nebulosa” primitiva do associativismo dos trabalhadores, do século XIX, faz nascer diferentes formas que se institucionalizam: sindicatos, cooperativas, sociedades mutualistas, associações. É um período que vai até finais da década de 60, que acompanha a ressonância da segunda revolução industrial: as organizações da sociedade civil tornam-se complementares da economia política e o seu comportamento não pode ser explicado sem combinar características

sociais e regras económicas. O terceiro período que se inicia na década de 70, decorre das tendências de integração global e da crescente abertura e interdependência das economias (devido à recessão industrial e à crise das políticas de protecção social). Vai até aos anos de 1990 e caracteriza-se pela revalorização de movimentos pragmáticos da sociedade civil, enquadrando iniciativas de pressão (ora reactiva, ora pró-activa), iniciativas de solidariedade e formas mercantilizadas de provisão social (Coutinho, 2003). O quarto período, a partir da última década do século XX, decorre da abertura de fronteiras e dos fluxos migratórios de populações em busca de alternativas à sobrevivência e na procura da segurança e da paz. Neste último período e por influência dos fenómenos adjacentes à nova globalização, abriram-se caminhos para iniciativas e intervenções da sociedade civil a um nível mais amplo (quantitativo e qualitativo e também de amplitude territorial), ou seja, abriram-se portas a novas ideias e conceitos importados do exterior (Comércio Justo, micro-crédito, etc)¹.

Como foi já referido, busca-se evidenciar nesta pesquisa relações decorrentes do encontro que conforma a dinâmica entre lugares e acções organizadas que tendem a promover mudanças sociais e espaciais.

Qualquer exercício de periodização, possibilitaria decifrar as particularidades históricas, a velocidade das suas transformações ou os ciclos de estagnação por que passaram. Contudo não foi essa a nossa opção neste momento. Orientamo-nos, em especial, pelas categorias de análise que informam os compromissos dos movimentos sociais – o cenário de sociedade que os reclama, os objectivos orientadores, as prioridades de intervenção, os programas e os projectos, considerados na sua relação intrínseca - para decifrar (de uma forma evolutiva) os diversos modos de organização do espaço em períodos distintos.

Uma análise cruzada, entre movimentos da sociedade e perspectivas de intervenção social, fornece-nos, por certo, fundamentos para discutir a sua importância e papéis na requalificação urbana. Nesse sentido, é conveniente esmiuçar dimensões de análise, visando elucidar seu papel e compreender os fenómenos espaciais. Foi com este objectivo que aqui nos propusemos evidenciar uma outra postura e analisar perspectivas de requalificação urbana entrecruzadas com uma análise qualitativa sobre a actuação estratégica de uma organização da sociedade civil. Para o efeito, fomos à procura de uma iniciativa supostamente possível de apresentar congruências com os pressupostos por nós enunciados, sobre a relação intrínseca entre marcos históricos de evolução da sociedade e iniciativas da sociedade civil projectadas para requalificação do espaço urbano. Concretamente, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS), que passamos a analisar.

3.1. A LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL (LPPS)²

Lema: “Desde 1924 em prol do Bem Comum... a força das Ideias!”

A Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS) serviu de âncora ao presente estudo.

¹ No passado, e como precursores da globalização, já havíamos dado o nosso contributo com a exportação do modelo institucional das Misericórdias, que se espalhou pelo novo mundo descoberto pelos portugueses.

² Contactos: Telf: 223 324 445, R. de Santa Catarina, 108 – 1º/2º Andar, 4000-442 Porto, intervencao@lpps.pt – expansao@lpps.pt.

Subjacente à escolha esteve a preocupação de ser uma instituição com um historial temporal bastante alargado e integradora dos ecos das práticas associativas cujos marcos identificamos acima. Isto é, uma iniciativa organizada da sociedade civil capaz de espelhar, através da sua história, das suas finalidades, prioridades e projectos, traços de práticas participativas.

A LPPS surgiu em 1924 (faz este ano 85 anos), num contexto social marcado por vários flagelos sociais intimamente associados a problemáticas de saúde pública (sífilis, tuberculose, tétano, lepra, alcoolismo, prostituição infantil, sem-abrigo, entre outros).

Os seus três fundadores eram médicos, conhecidos na época, na cidade do Porto, António Emílio de Magalhães, Cândido Henrique Gil da Costa e Veiga Pires. Com eles a LPPS inicia o que viria a ser uma longa história de intervenção médico-social, vocacionada para a prevenção das principais doenças de cada época.

Foram várias e importantes as intervenções e campanhas promovidas pela LPPS ao longo da sua história, que reflectiram e marcaram a história da cidade do Porto, as quais merecem destaque³:

Campanha de combate ao pé descalço (1927/65) - uma longa e árdua campanha, em que foi necessário vencer os obstáculos que foram surgindo no seu percurso, nomeadamente com origem em hábitos culturais;

Campanha contra o hábito de escarrar e cuspir na via pública (1929) – iniciada nos primórdios da Liga, época em que as pessoas portadoras da doença andavam pela cidade, sem qualquer tipo de cuidado de higiene, lançando para a via pública as suas expectorações que, além do perigo que representavam, eram a imagem de hábitos culturais com necessidade de serem reformulados através de uma intervenção sistematizada e longa;

Campanha contra a sífilis (1929) – mais uma vez provando o seu carácter pioneiro na abordagem dos mais graves problema sociais, a LPPS já nos inícios da década de 30 afluía as questões de educação sexual e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Quando a sífilis (como hoje a SIDA) grassava entre a população da cidade do Porto, a Liga mantinha uma consulta de doenças sexualmente transmissíveis;

Campanha pelo internamento dos “loucos” (1928) – por falta de uma assistência à doença mental na cidade do Porto e de estabelecimentos próprios de internamento psiquiátrico, as pessoas portadoras deste tipo de doenças eram detidas e recolhidas em prisões. A Liga conseguiu da Sta. Casa da Misericórdia a concessão de uma verba que lhe permitiu internar vários doentes no Hospital Conde Ferreira e que fosse igualmente criado mais tarde, o Hospital de Magalhães Lemos;

Campanha para a melhoria do problema da habitação (1928) do Porto que se traduziu em intervenções junto de aglomerados de habitações – as denominadas “ilhas” - sem qualquer condição habitacional, sem água, sem luz eléctrica e sem instalações sanitárias. Esta campanha foi fundamental para dar início a uma ampla intervenção pública na melhoria das condições habitacionais da população da cidade do Porto;

³ Referências sistematizadas a partir de LPPS, 2009

Luta contra o tabagismo (1929) – iniciada em 1929, a Liga continua hoje em dia, empenhada em combater este problema de saúde pública;

Luta pela introdução do BCG (1929) no combate à tuberculose – além do enorme esforço que foi desenvolvido pela Liga na luta contra esta doença, deu origem à criação do Sanatório do Monte da Virgem e, através da Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal, ao Sanatório do Mont'Alto, em Valongo; a LPPS esteve na linha da frente para a introdução em Portugal da vacina BCG e acções de rastreio da doença;

Acessibilidade à Biblioteca Pública Municipal – A Liga, desempenhou aqui um importante papel para a cultura da cidade do Porto, ao conseguir junto da Câmara Municipal, a reabertura da Biblioteca Municipal em período pós laboral para uso dos estudantes trabalhadores, até aí impedidos de consultarem as publicações necessárias à sua aprendizagem escolar;

Higiene na restauração – verificava-se, com muita frequência, em estabelecimentos do ramo alimentício (hotéis, restaurantes, cafés, etc.). Por intervenção da LPPS, o tipo de estabelecimentos referidos passaram a ser fiscalizados, acabando-se com o uso dos açucareiros descobertos, criaram-se escarradores e diminuiu-se o número de engraxadores no interior desses espaços;

Higiene do Leite – porque era do conhecimento que este importante alimento não era tratado com a higiene exigida, desde o estábulo à ordenha, desde o vasilhame ao transporte, durante o qual era sujeito a diversas irregularidades com risco para a Saúde Pública, a Liga levou a efeito diversas acções de sensibilização dos poderes políticos públicos, conseguindo-se inverter esta situação;

Casamento das Telefonistas e das Enfermeiras – quando os telefones eram geridos pela “Anglo-Portuguese Telephone Company”, esta não permitia no serviço mulheres casadas, o que contrariava todos os direitos humanos e sociais que resultam da constituição da família. Foi uma árdua luta que se estabeleceu, por se tratar de uma companhia inglesa, mas terminada com sucesso. Posteriormente o mesmo aconteceu com as enfermeiras, não sendo esta luta menos intensa, por contrariar uma posição imposta pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

Foram numerosas, as campanhas, na lutas pela igualdade de acesso à saúde, pelo bem comum e contra a indiferença que sistematizamos cronologicamente entre 1927 e finais da década de 60. Na actualidade, a actividade desta instituição mantém-se viva, agora contextualizada nos problemas contemporâneos (quadro 1).

Quadro 1 – A Liga Portuguesa de Profilaxia Social na contemporaneidade (Fonte: LPPS, 2009).

Áreas de actuação	Domínios de actuação	Projectos
Saúde	Terceira idade, doenças cardio-vasculares	Projecto ADOMI - Apoio Domiciliário a Dependentes ¹
	VIH-SIDA e prostituição	Projecto VAMP ²
	Medicina preventiva, ambiente, cidadania e cultura	Campanha "Publicidade Não Obrigada"
Marketing	<i>Bookcrossing</i> – apoio à circulação dos livros da LPPS, para divulgação	
	Exposições – para angariação de fundos para a LPPS	
	Concertos – para angariação de fundos para a LPPS	
Formação	Formação profissional – destinada às populações mais desfavorecidas, de baixas qualificações, em situação de desemprego, ou emprego precário	
	Formação pedagógica inicial de formadores	
	Apoio pedagógico ao ensino regular e especial	
	Outros cursos práticos em áreas emergentes	

3.1.1. EM TERMOS DE REFLEXÃO

Em termos de reflexão sobre a informação que acima apresentamos com um cariz descritivo, observaríamos os seguintes comentários:

- Os sinais do passado que contextualizaram e levaram à edificação da LPPS enquanto projecto e instituição da sociedade civil mantêm-se actuais e vivos no seio dos objectivos e projectos de intervenção em execução;

- Contextualizada a sua fundação no início do século XX, é interessante verificar a sua forte relação com os movimentos que à época, procuravam enfrentar os problemas sociais então emergentes. Na sua maioria, situações com consequências directas para a saúde pública. Um dos movimentos que importa referir é o Movimento Higienista e de Medicina Social⁴. A sociedade do início do século XX reclamava melhores e mais amplos cuidados de saúde primária, surgindo a LPPS na senda dos compromissos da medicina social.

Pelas propostas condicionadas por contextos político-sociais envolventes; pelos processos de participação social que deram forma ao desenho e à organização da LPPS; e pelo enfoque da sua intervenção na qualidade de vida (prevenindo e tratando a doença dos indivíduos), consubstanciados em projectos de intervenção social, cultural, da saúde e da educação empreendidos, a LPPS testemunha uma iniciativa da sociedade civil com influência na requalificação da cidade do Porto.

⁴ Movimento surgido a partir das descobertas de Louis Pasteur, nos finais do séc. XIX, e que teve grande repercussão ao nível da sociedade da época. As questões relacionadas com a higiene pública e práticas sanitárias, a epidemia de peste bubónica que a população da cidade do Porto sofreu em 1899, o alastramento maciço de doenças como a tuberculose, a sífilis, o tétano, a febre-tifóide, a febre-amarela fizeram com que no início do séc. XX, numerosas iniciativas estatais e da sociedade civil fossem tomadas. É neste ponto que os médicos se organizam e decidem participar num movimento social, criando associações e intervindo activamente ao nível político em propostas de «...reforma de todos os serviços de assistência pública, higiene, medicina forense e a criação de novos serviços» na área da medicina pública. A partir desta altura, estabeleceu-se uma íntima ligação entre «...a acção dos médicos sobre os problemas médico-sociais, a medicina social e os serviços de assistência» (Martins, 1999: 51-52).

Ainda que em jeito de reflexão, o presente estudo sugere um ponto de partida para investigações a prosseguir sobre a cidade do Porto, onde movimentos da sociedade civil organizada, sempre tiveram um papel activo e muitas vezes precursor de mudanças sociais na sociedade portuguesa, para além das ocorridas dentro da urbe.

4. CONCLUSÕES, NA BUSCA DE UM MODELO DE ANÁLISE

O estudo possibilitou evidenciar os seguintes aspectos:

1 - A LPPS objectivou sempre o bem-estar e as dimensões que delimitam a existência colectiva (em sociedade) de todos nós - reforço de competências e de capacidades ao nível dos indivíduos e das comunidades onde se inserem.

2 - Ao nível estratégico reclamou sempre uma acção partilhada com outros agentes: através de parcerias estabelecidas (com entidades públicas centrais e locais, instituições do Terceiro Sector, voluntários, etc) para a concretização dos seus projectos e acções de intervenção – criando redes de auto-sustentação (atributo das organizações da sociedade civil);

3 - Desencadeou processos institucionais a nível local e nacional no âmbito das numerosas campanhas e acções para a sociedade civil, nomeadamente na área dos cuidados de saúde primários e também na mudança e melhoria cultural dos portuenses.

Estando a LPPS marcada por um certo auto-centramento, por uma aposta na sua especificidade, o conhecimento das suas práticas foi também uma oportunidade para exercitarmos o modelo de análise em fase exploratória. Em termos metodológicos, o desafio foi confrontar as preocupações que elegemos de partida, com um exemplo prático e desenvolver um movimento de vaivém interpretativo e analítico. Foi, diríamos, um espaço em que conectamos teoria e prática para potenciar a capacidade crítica, o conhecimento concreto, de base indutiva, de forma a esboçarmos rumos conscientes de porquê e para quê mobilizar estratégias da sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, F., (1998). *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta Editora
- AUGÉ, M., (1992). *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris, Éditions du Seuil
- BOURDIEU, P. (2000). *Estruturas sociais da economia*. Lisboa, Instituto Piaget
- BRAUDEL, F. (1969). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (siècle XV – XVIII)*. Paris, Armand Colin
- COSTA, P. "Cidades e urbanização em Portugal: uma sociologia, geografia, ou economia urbanas?". In *SOCIUS Working Paper*, nº4/93, Lisboa, ISEG, UTL
- COUINHO, M. (2003). *Economia Social em Portugal. A emergência do terceiro sector na política social*. Lisboa, CPIHTS/APSS
- FADIGAS, L. (2008). "Espaço público e qualidade urbana", in: , visitado em 2008-06-05
- GOITIA, F. C. (1982). *Breve história do urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença

- LÉVESQUE, B., JOYAL, A. E CHOUINARD, O. (1989). *L'Autre Économie, une économie alternative?* Actes du 8e Colloque annuel de l'AEP tenu à l'université du Québec à Montréal les 21 et 22 octobre de 1988, Presses de l'Université du Québec
- LPPS, 2009, <http://www.lpps.pt/contents.php?t=1x1&i1=HISTORIAL>, em 07/04/2009
- MARTINS, A.M. DE C. (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT e MCT
- POLÊSE, M. (1998). *Economia Urbana e Regional - Lógica Espacial Das Transformações Económicas*, APDR
- PORTAS, N. (2005). *Os tempos das formas*, Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura/Guimarães
- PORTAS, N., DOMINGUES, Á. E CABRAL, J. (2003). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- SALGUEIRO, T.B. (1992). *A cidade em Portugal*. Porto, Afrontamento

ANEXO ESTATUTOS DA LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL (EM ACTUALIZAÇÃO)

CAPÍTULO I - Da denominação, sede e âmbito de acção e afins

ARTIGO 5.º - A L.P.P.S. desenvolve as suas actividades mediante a observância dos seguintes princípios:

- a) Respeito e Lealdade - orientar-se pelos 16 princípios dos Fundadores e seus ideais de profilaxia e altruísmo, ainda actuais (documento original anexo);
- b) Solidariedade - devotar as suas acções a pessoas, locais e países mais desfavorecidos e/ou carenciados;
- c) Justiça social - apoiar, beneficiar e homenagear todas as pessoas ou entidades que se devotem realmente à luta pelo Bem Comum;
- d) Humanidade - respeitar a vida e os valores tipicamente humanos em todos os momentos e circunstâncias da sua existência;
- e) Coerência - praticar, desenvolver e incentivar estilos de vida saudáveis e "ecológicos";
- f) Cientificidade - orientar as suas acções com base em princípios das várias ciências e da medicina baseada na evidência;
- g) Eficiência - desenvolver acções com elevado benefício e reduzido custo, baseando-se no voluntariado.

ARTIGO 6.º - Para a realização dos seus objectivos, a LPPS propõe-se a criar, gerir manter e desenvolver:

- Acções e unidades de saúde e/ou de apoio médico-profiláctico e psico-social;
 - Mecanismos de defesa ambiental e do consumidor, no que se relaciona com a Saúde;
 - Acções de sensibilização e informação à população em geral e a grupo específicos;
 - Acções de formação e/ou dinamização de pequenos grupos;
 - Actividades de integração social e/ou profissional;
 - Estudos e investigações de interesse comunitário;
 - Actividades de índole desportivo e socio-lúdicas;
 - Acções tendentes à promoção da igualdade de oportunidades entre Homens e a Mulheres;
 - Associações, Institutos ou Fundações médicas multidisciplinares e de intervenção especializada;
 - Mecanismos de potenciação inter-associativa;
 - Cooperação com entidades nacionais e internacionais.
- (...)

ARTIGO 8.º

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.